

### **Para sorver intensidades: vinhetas de um encontro com a população em situação de rua no “Palmas Que Te Acolhe”**

*To sip intensities: vignettes of a meeting with the homeless population in “Palmas Que Te Acolhe”*

*Para sorber intensidades: viñetas de un encuentro con la población sin hogar en “Palmas Que Te Acolhe”*

*Pour siroter des intensités : vignettes d’une rencontre avec la population sans-abri à «Palmas Que Te Acolhe»*

 10.5020/23590777.rs.v24i2.e13528

**Ana Carolina Peixoto Nascimento**  

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias da Saúde (Unb), mestre em Ensino em Ciência e Saúde, Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas, Tocantins, Brasil.

**Carlos Mendes Rosa**  

Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, professor do Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas, Tocantins, Brasil.

### **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo compartilhar as experiências de um projeto de inserção social e garantia de direitos para a população em situação de rua e com prejuízos decorrentes do uso de álcool e outras drogas de Palmas, Tocantins, entre os anos de 2016 a 2019. O projeto *Palmas Que Te Acolhe* se constituiu como um território existencial de transformação de jeitos de ser e de viver das pessoas em situação de rua e que têm prejuízos decorrentes do uso de álcool e outras drogas, a partir do paradigma da redução de danos, tendo como estratégia o *moradia primeiro* (*housing first*) e a oferta do pacote de direitos: moradia, alimentação, acesso aos serviços da rede, atividades de cultura, arte e lazer, e inserção em estratégias de geração de renda. Para captar as fotografias e descrições desse território, foram realizadas treze entrevistas semiestruturadas com trabalhadores e beneficiários do projeto e confeccionados diários de campo que narram o percurso da pesquisa. O projeto *Palmas Que Te Acolhe* inaugurou novos jeitos de ver e falar sobre a população em situação de rua no município de Palmas, Tocantins, de modo a pensar em alternativas de cuidado que comportem a complexidade desse fenômeno.

**Palavras-chave:** álcool, drogas, moradia primeiro, cartografia, direitos, redução de danos

### **Abstract**

*This work proposed to share the experiences of a project of social insertion and guarantee of rights for the homeless population with damages resulting from the use of alcohol and other drugs of Palmas, Tocantins, between the years 2016 to 2019. The project Palmas Que Te Acolhe was constituted as an existential territory for the transformation of ways of being and living of people living on the streets and who suffer damages resulting from the use of alcohol and other drugs, based on the paradigm of harm reduction, having as a strategy housing first and the offer of a package of rights: housing, food, access to network services, cultural, art and leisure activities and inclusion in income generation strategies. In order to capture photographs and descriptions of this territory, thirteen semi-structured interviews were carried out with workers and beneficiaries of the project and field diaries were created that narrate the course of the research. The Palmas Que Te Acolhe project inaugurated new ways of seeing and talking about the homeless population in the municipality of Palmas, Tocantins, to think about care alternatives that include the complexity of this phenomenon.*

**Keywords:** alcohol, drugs, housing first, cartography, rights, harm reduction

### **Resumén**

*Este trabajo se propuso compartir las experiencias de un proyecto de inserción social y garantía de derechos para la población en situación de calle y con daños derivados del consumo de alcohol y otras drogas de Palmas, Tocantins, entre los años 2016 a 2019. El proyecto Palmas Que Te Acolhe se constituyó como un territorio existencial para la transformación de los modos de ser y de vivir de las personas que viven en la calle y que sufren daños derivados del consumo de alcohol y otras drogas, a partir del paradigma de la reducción de daños, teniendo como estrategia la vivienda primero y la oferta de un paquete de derechos: vivienda, alimentación, acceso a los servicios de la red, actividades culturales, artísticas y de ocio e inclusión en las estrategias de generación de ingresos. Para capturar fotografías y descripciones de este territorio, se realizaron trece entrevistas semiestructuradas a trabajadores y beneficiarios del proyecto, y se elaboraron diarios de campo que narran el transcurso de la investigación. El proyecto Palmas Que Te Acolhe inauguró nuevas formas de ver y hablar sobre la población en situación de calle en el municipio de Palmas, Tocantins, para pensar alternativas de atención que abarquen la complejidad de este fenómeno.*

**Palabras clave:** alcohol, drogas, vivienda primero, cartografía, derechos, reducción del daño

### **Resumé**

*Ce travail a proposé de partager les expériences d'un projet d'insertion sociale et de garantie des droits pour la population sans-abri et avec des dommages résultant de l'usage d'alcool et d'autres drogues de Palmas, Tocantins, entre les années 2016 à 2019. Le projet Palmas Que Te Acolhe a été constitué comme un territoire existentiel pour la transformation des modes d'être et de vie des personnes vivant dans la rue et qui subissent des dommages résultant de la consommation d'alcool et d'autres drogues, basé sur le paradigme de la réduction des risques, ayant comme stratégie le logement d'abord et l'offre d'un paquet de droits : logement, alimentation, accès aux services du réseau, activités culturelles, artistiques et de loisirs et inclusion dans les stratégies de génération de revenus. Afin de capturer des photographies et des descriptions de ce territoire, treize entretiens semi-directifs ont été réalisés avec des travailleurs et des bénéficiaires du projet, et des journaux de terrain ont été créés qui racontent le déroulement de la recherche. Le projet Palmas Que Te Acolhe a inauguré de nouvelles façons de voir et de parler de la population sans-abri dans la municipalité de Palmas, Tocantins, afin de réfléchir à des alternatives de prise en charge qui incluent la complexité de ce phénomène.*

**Mots-clés:** álcool, drogas, logement d'abord, cartographie, droits, réduction de dégats

---

O presente texto é fruto da pesquisa de mestrado da primeira autora, sob orientação do segundo autor, e teve como delineamento metodológico a cartografia (Passos et al., 2015). A escolha pelo uso da primeira pessoa do singular vem evidenciar o caráter de intervenção e afirmação ético-política da pesquisadora no campo de estudo.

Uma pessoa dorme na calçada do CAPS AD. Alguém pede dinheiro no semáforo. Uma mulher ascende sua pedra. Os vínculos sustentam o meu trabalho. Um policial algema um usuário em frente ao CAPS. Enquanto isso, o projeto Palmas Que Te Acolhe é alvo de críticas do poder público. “Isso é pra sustentar vagabundo”, diz uma voz sem nome. Um profissional questiona a legitimidade do projeto. A justiça pede a internação do morador de rua. O serviço de assistência social pede abrigo. No meio do mato, esculpimos um cachimbo de argila. No meio da cena, trocamos experiências.

Uma sessão de cinema é exibida na praça, ali onde eles dormem. Um atendimento no presídio me deixa atônita. Na rua não falta droga, não falta cachaça. Pessoas “invisíveis” tornam-se vistas. Um sentido de vida é traçado. Uma ceia de Natal me faz pertencer àquele espaço. Um morador de rua morre. É só mais um no contexto nacional, mas sua morte me faz questionar o sentido do meu trabalho. Essas inquietações dão corpo a esse escrito. Fotografias e descrições de encontros afetivos que convergem para um contexto. (Diário de Campo)

A cartografia aqui compartilhada diz do trabalho realizado entre os anos de 2017 a 2019, na cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins, no percurso da experiência profissional no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS AD III) e as verborragias acadêmicas produzidas no mestrado, que tiveram como foco remendar vivências, escritas, encontros e afetos com o projeto Palmas Que Te Acolhe (PQTA), enquanto um projeto de inserção e garantia de direitos para as pessoas que vivem em situação de rua e fazem uso de álcool e outras drogas.

Em 2017, ao me inscrever no território existencial das pessoas que carregam em si a experiência da rua, busquei usar da arbitrariedade para manejar as subjetividades que transbordam o plano da linguagem.

Dito isto, essas linhas que se seguem carregam a intensidade dos encontros vivenciados e, para isso, lançam mão da cartografia para criar um território aberto às microsensibilidades afetivas (Amorim & Nobre, 2018), inscrito em um intervalo de tempo, no encontro com as pessoas envolvidas no PQTA, trabalhadoras e trabalhadores, beneficiárias e beneficiários<sup>1</sup>.

O PQTA é um projeto de inserção social e garantia de direitos realizado por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e executado pela Fundação Municipal da Juventude de Palmas, Tocantins (Fundação Municipal de Juventude de Palmas, 2017), entre os anos de 2016 e 2019. O projeto objetivou ofertar um pacote de direitos básicos (moradia, alimentação, cultura e lazer, trabalho e renda) às pessoas em situação de rua e que possuem necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

O PQTA fez parte do Projeto REDES, que tem início em 2014, através da Secretaria Nacional sobre Drogas, do Ministério da Justiça, em parceria com a área técnica de saúde mental do Ministério da Saúde e com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Projeto REDES foi implementado em mais 20 municípios, e teve como objetivo desenvolver metodologias que integrem as políticas públicas municipais, de modo a avaliar as ações de prevenção, promoção e atenção às pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas (Núcleo Multiprojetos de Tecnologia Educacional, 2015).

Fazendo um recorte do contexto municipal, até 2014 não se falava, e tampouco se pensava, em políticas públicas para atender à população em situação de rua de Palmas. Naquela época, foram engendradas ações de acolhimento de pessoas em situação de rua em uma comunidade terapêutica do município, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social. Desde então, tem-se falado da implementação de dispositivos que atendam às especificidades dessa população.

No entanto, desde 2008, com a realização da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome já se identificava a existência de pessoas vivendo nas ruas de Palmas (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009). A ausência de uma rede especializada de serviços para o atendimento das necessidades dessa população, somada à escassez de material produzido e publicado sobre a temática, evidenciam uma fragilidade da agenda política para atender à população em situação de rua na capital do Tocantins.

É somente em 2017, após implementação da equipe de Consultório na Rua, em parceria com a equipe do PQTA, que se iniciam as abordagens noturnas para o levantamento das necessidades das pessoas em situação de rua na capital tocaninense. À época, foram identificadas mais de 140 pessoas vivendo nas/das ruas (Abreu, 2017).

Situado dentro da rede de atenção às pessoas em situação de rua e usuários de álcool e outras drogas do município de Palmas/TO, o projeto Palmas Que Te Acolhe tem como base a metodologia *housing first* (moradia primeiro), estratégia que propõe garantir o acesso à moradia de forma imediata e sem barreiras de acesso, atuando na perspectiva da redução de danos (RD) (Tsemberis, 2010).

O *housing first* se contrapõe a lógica do *treatment first* (tratamento primeiro), amplamente difundida no Brasil por meio das recentes publicações da Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (Decreto nº 9.761, 2019; Ministério da Saúde, 2019), que condiciona o acesso à moradia àqueles usuários que estejam engajados em um programa de tratamento para o uso de álcool e outras drogas (Collins et al., 2012; Conselho Federal de Psicologia, 2018; Evans, 2017; Pleace, 2016). Diversos países têm implementado o programa *housing first* como estratégia para atendimento às necessidades da população em situação de rua e suas demandas em saúde mental (Evans, 2017; Mendes, 2017; Rui, 2016; Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2013).

O *housing first* se articula à redução de danos ao pensar o cuidado das pessoas que têm problemas com o uso de álcool e outras drogas, dando destaque à terceira onda da RD, conforme elucidada Petuco (2020), um cuidado que se materializa em estratégias de garantia de direitos e desenvolvimento social. Além disso, ao ofertar a moradia como estratégia primária para intervir nas vulnerabilidades da pessoa em situação de rua, o *housing first* atua na lógica da baixa exigência, diretriz basilar no cuidado das pessoas que têm problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas e outras vulnerabilidades.

Para compreender melhor a oferta do PQTA, descrevi o funcionamento desses eixos a partir dos relatos dos atores que compõem essa narrativa e dos diários de campo produzidos ao longo da pesquisa. Este artigo tem como objetivo compartilhar as experiências do PQTA, a partir dos relatos dos atores que compuseram este projeto, beneficiários e trabalhadores.

### **Para pensar o método: o manejo da cartografia**

Esta pesquisa seguiu as normas éticas estabelecidas para pesquisas com seres humanos, foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer nº 91912418.7.0000.5519, e usa os nomes de personagens que fazem parte da obra *Capitães de Areia*, do autor Jorge Amado (2008) para os participantes.

As falas aqui apresentadas foram extraídas das 13 entrevistas realizadas com esses atores, com duração média de 30 minutos cada, a partir de um roteiro semiestruturado que serviu como um norteador, composto por perguntas abertas que abordavam: os impactos do PQTA na vida do participante (beneficiário ou trabalhador), a compreensão sobre as condições

<sup>1</sup> Os beneficiários(as) são os sujeitos inseridos na moradia do projeto.

de moradia e alimentação, o acesso às outras atividades do projeto, percepção sobre as mudanças no hábito de uso de álcool e outras drogas e se está em algum tipo de tratamento em saúde mental, como se dá o acesso aos serviços da rede intersetorial, os aspectos positivos e negativos do projeto.

Também são trazidos à baila trechos dos meus diários de campo para possibilitar polifonias às vozes que aqui ecoaram, demarcando a posição da cartógrafa como parte importante da investigação.

Este trabalho é inspirado pela metodologia cartográfica e, portanto, o objeto de pesquisa se constituiu a partir da imersão na realidade, pois, conforme elucidam Passos et al. (2015, p. 31), “conhecer a realidade é acompanhar seu processo de constituição, o que não pode se realizar sem uma imersão no plano da experiência”. Operar a análise dessas experiências a partir da perspectiva cartográfica implica compreender a pesquisa como um processo em contínuo movimento e, portanto, trata-se aqui do manejo cartográfico dos materiais coletados nas entrevistas.

Para Tedesco et al. (2013), a entrevista da perspectiva cartográfica inclui, além da troca de informações, a ampliação do olhar e da escuta para acessar a experiência em suas dimensões de força e de forma, “de modo que a fala seja acompanhada como emergência na/da experiência e não como representação”. O manejo cartográfico da entrevista propõe elucidar o caráter interventivo da experiência do dizer e do ouvir, portanto, “a fala deve portar os afetos próprios à experiência” (Tedesco et al., 2013).

## Das experiências compartilhadas às reflexões subjetivas

### *Suavidades e intensidades do território*

Neste momento, convido o leitor a conhecer nossos atores e os lugares que ocupam nessa narrativa. São pessoas de diversas cores, texturas, cheiros, histórias e estórias. Faremos um mergulho em cenários anteriores e atuais para remontar cenas e expressar intensidades afetivas que perpassam essa caminhada. Esses personagens nos contarão um pouco de como funciona o PQTA, bem como abrirão suas vidas para conhecermos suas trajetórias.

O projeto, inicialmente, tinha capacidade para acolher até 20 pessoas e o local onde os beneficiários moravam era uma *kitnet*, com quartos individuais, e no centro contava com uma espécie de “área de convivência”. Na época, aconteceram alguns conflitos, em virtude do uso de substâncias no espaço, brigas e furtos e, apesar dos esforços da equipe para mediar a situação e do trabalho de cogestão, o dono do imóvel não teve interesse em continuar com o contrato. Nessa época, enquanto trabalhava no CAPS AD III, visitei esse espaço uma vez, para conhecer e buscar um beneficiário que teria consulta. Na ocasião, conheci o Pirulito, à época usuário de álcool, crack e tabaco que estava vinculado ao projeto há pouco mais de dois meses. Ele conta que se sentia responsável pelo espaço da moradia: “Manter o projeto limpo, organizado, alguns usuários que tinham problema lá de quebrar porta, fazer arruaça”. Pirulito também se responsabilizava por auxiliar outro beneficiário que estava acamado, já com certa idade e com limitação física:

Gosto muito de citar aquele senhor, seu Gonzales. Tinha 27 anos que estava na rua, já tinha passado até no Linha Direta, estava até dado como morto. Foi encontrado aqui em Palmas, foi acolhido no projeto, a família veio do Pará, buscou ele. Tive o prazer de cuidar dele, dava banho nele. (Pirulito)

Durante o processo de pesquisa, pouco mais de um ano após o início do projeto, os beneficiários encontravam-se em um hotel conveniado ao município, próximo ao CAPS AD III, também na região norte da cidade. Nessa moradia, os beneficiários eram divididos em duplas nos quartos e o espaço de convivência era a sala comum do hotel, que dividiam com os demais hóspedes. Sobre essas condições de moradia, Alonso (profissional do projeto) relata:

(...) melhorou, nós tínhamos um local que já ajudava bastante, mas hoje deu um salto de qualidade. Hoje temos um hotel, de ter uma gerência para poder cuidar e tudo, hotel três estrelas, se não me engano. Na antiga moradia, tinha alguns que preferia dormir na rua, porque era uma gestão própria deles, o projeto ajudava na gestão, mas eles geriam. Uma vez ou outra a gestão acabava saindo do combinado. Já no hotel não, tem uma gestão deles, nossa e da empresa, é um negócio mais alinhado, que é difícil de romper com o pactuado. (Alonso)

A fala de Dalva, outra profissional do projeto, conta que as condições de moradia melhoraram muito: “Assim, penso que a gente dá uma condição de moradia, eles voltam a se sentir mais dignos, e alguns voltam para a vida na sociedade, vão procurar emprego”.

É interessante observar a importância do lugar da moradia evidenciada na fala dessas pessoas como uma forma de garantir o direito de ter um lugar para morar, mas também de resgate da autonomia e dignidade (Aubry et al., 2015; Rui, 2016). Como podemos ver na fala da Don’Aninha, a garantia de ter um lugar para morar também proporciona maior gestão em relação ao uso de drogas, contribuindo para sua diminuição: “eles conseguem controlar mais o uso, de saber que a noite eles sabem pra onde eles vão, onde eles vão dormir, então com certeza faz muita diferença na vida deles”.

Joel, profissional que acompanhou o processo de inserção dos beneficiários no projeto, também evidencia outro fator importante que é a segurança. Nas pesquisas realizadas com a população em situação de rua, foi possível constatar o nível

de violência ao qual as pessoas na rua estão sujeitas e ter um lugar seguro para dormir contribuiu significativamente para sua qualidade de vida (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009).

O cara que estava dormindo na rua está em constante risco. Então, acredito que, até para conseguir dormir, imagino como deve ser difícil dormir na rua, e lá acredito que eles se sintam mais seguros, de dormir melhor, ter mais qualidade de vida. (Joel).

Apesar dessa segurança, alguns beneficiários optavam por dormir na rua nos dias que faziam uso de substâncias. Sobre isso, Maria Ricardina, profissional do projeto, pontua:

Apesar das condições de moradia no hotel proporcionarem a melhoria na qualidade de vida, na gestão do uso de álcool e outras drogas e contribuir para a dignidade dos beneficiários, como não é um local especificamente só deles, acaba que existem algumas situações que eles se sintam constrangidos, por conta da condição que eles estão. (Maria Ricardina)

No entanto, ela defende:

A relação com o dono do hotel é tranquila, dentro do limite do respeito é tranquilo. Acaba acontecendo algumas situações deles desrespeitarem, e aí o dono do hotel não gosta. Mas foi um dos melhores espaços de diálogo que eu achei, foi com esse espaço atual. (Maria Ricardina)

Volta-Seca também relata que esse acesso se reflete na forma como essas pessoas irão se relacionar em outros espaços e como isso implica uma responsabilidade com a própria vida. "Desde que cada um colabore com o que está oferecendo para eles, porque também é um aprendizado para eles, é um novo espelho de vida para eles".

No início desta pesquisa, estavam inseridos na moradia sete beneficiários e o contrato com o hotel da moradia estava em vias de acabar; não se tinha firmado outro contrato, por questões administrativas da gestão municipal. Alguns meses depois, os beneficiários encontravam-se acolhidos na casa onde funciona a sede administrativa do projeto atualmente.

Esse espaço onde funciona o projeto também fica na parte norte da cidade, no entanto, trata-se de uma casa alugada. O portão de entrada se abre para uma pequena varanda com um corredor lateral que dá para os fundos da casa, onde há um pequeno quintal com banquinho de madeira rústica, máquina de lavar, que os beneficiários usam para lavarem suas roupas, uma mesa de madeira grande com cadeiras. Na entrada principal, passo por uma porta de vidro fumê e logo me vejo em uma salinha de TV com um sofá, dividida com uma cozinha americana separada por um balcão. Essa sala conta também com uma mesinha redonda e duas cadeiras, onde já sentei algumas vezes para conversar com o Boa-Vida, o Joel, a Don'Aninha (...). Seguindo adiante, essa casa conta ainda com quatro cômodos: duas salinhas pequenas, que servem como espaço para a equipe multiprofissional (contam com computadores, materiais de escritório, ar-condicionado), uma sala maior para reuniões e um banheiro. (Diário de Campo)

A responsabilidade pelo espaço comum implica, não só no processo de cuidado de si, mas também na construção do pacto coletivo pela via do pertencimento e solidariedade.

### *Oferta de alimentação*

Além da moradia, outro eixo do projeto é a alimentação. No início do projeto, eram ofertadas marmitas diárias no horário do almoço aos integrantes do projeto, e o café-da-manhã era coletivo, feito a partir de alimentos que os profissionais levavam e faziam na sede (cuscuz, café, leite, pães).

Lembro de um dia que visitei o projeto, ainda na antiga sede administrativa, como psicóloga do CAPS AD III junto com uma colega da equipe. Fui lá falar sobre a política de redução de danos e as estratégias para reduzir os riscos e danos do uso de álcool e outras drogas. O acolhimento não poderia ser melhor. Fizemos uma roda de conversa na recepção e, para nos receber, os integrantes do projeto prepararam uma mesa de lanche com bolos, pães, café e sucos. Tive a oportunidade de fazer outras refeições no projeto, e guardo na memória o clima familiar e acolhedor que esses momentos me proporcionaram. (Diário de Campo)

Desde seu início, o projeto conta com a oferta de uma única refeição, o almoço. Embora o café da manhã fosse oferecido pela equipe do projeto, os profissionais não recebiam auxílio ou investimento financeiro para tal. Alonso conta: Na real, salva, o almoço, mas que demandava de, pelo menos, mais uma refeição diária, que é a janta, porque eles têm que fazer todo o possível durante o dia para poder garantir, ou esperar o outro dia para poder comer. No início, o almoço vinha em marmitas individuais (...) a gente teve uma primeira empresa terceirizada muito boa, que fornecia alimentação para os próprios funcionários da prefeitura, depois nós tivemos outro que fazia o mesmo tipo de serviço, alguns funcionários também recebiam. (Alonso)

Posteriormente, quando passaram a residir no hotel, eram ofertadas duas refeições – uma delas, o café-da-manhã, era uma cortesia do hotel em que os beneficiários se encontram. O almoço então, passou a ser realizado no restaurante comunitário da cidade, em convênio firmado com a prefeitura. João Grande conta que: “a única refeição que eles fornecem lá (no projeto) é essa, dão o *ticket* de refeição para nós almoçar no comunitário. Aí tem que me virar né”. Maria Ricardina acrescenta: “Nós estamos com recurso federal ainda, para a gente investir nessa questão, então a gente está fazendo um processo pra adquirir a janta também, e o lanche para eles”.

No entanto, conforme relatado por alguns participantes, o restaurante comunitário não funciona aos finais de semana e feriados e, portanto, os beneficiários têm que “manguear” (dialeto da rua que significa pedir comida, dinheiro) para conseguir alimento nesses dias. Essa realidade evidencia uma fragilidade importante, ocasionada, principalmente, pela falta de investimento público, que é a ausência de mais refeições e a manutenção da refeição existente (o almoço) nos finais de semana e feriados.

Para o sujeito que está em uso de álcool e outras drogas, fazer uma refeição de qualidade faz parte das estratégias de redução de danos e das abordagens que os agentes de RD realizam com usuários em diversas cidades e países (Gomes & Dalla Vecchia, 2018). Sobre isso, Querido-de-Deus nos conta sobre a importância da alimentação para sua qualidade de vida: “Negócio da gente comer bem, eu pelo menos, quando bebia eu não comia. Agora, quando tem a gente come bem. Não dormia direito também. Agora está tudo bom”. Raul contribui:

Você saber que você tem um local para você dormir e comer garantido, dá um respaldo para eles né, então dá uma tranquilidade, até diminui o uso de álcool. Muitos deles usam o álcool, não têm onde dormir, têm fome, ingere álcool. (Raul)

A importância de se garantir a alimentação para a pessoa que faz uso de álcool e outras drogas, seja esporádica ou diariamente, incide na qualidade de vida e na manutenção da saúde. É comum ouvir relatos de usuários que deixam de se alimentar ou beber água quando estão em uso de álcool ou outras drogas. Isso se dá, além de outros fatores sociais e individuais, também pela ação da substância no organismo, que pode inibir o apetite, causar desidratação, insônia – fatores que podem levar ao agravamento do quadro.

#### *Inserção nas iniciativas de trabalho e geração de renda*

O terceiro eixo previsto no projeto é o do trabalho e renda. Talvez esse seja o mais delicado, uma vez que vai além de fazer oficinas de geração de renda com os beneficiários, mas passa pela qualificação do trabalho, reinserção no mercado de trabalho formal e, como observado em experiências nacionais (Evans, 2017; Lancetti, 2015; Teixeira et al., 2018), a oferta de uma bolsa financeira. Joel conta:

Quando a gente fala de gerar renda, eles não estão pensando em economia solidária, eles querem carteira assinada, isso para eles que é o mais interessante, e é o que a gente tem mais dificuldade. A gente aqui no projeto constava a questão das bolsas, mas a gente nunca conseguiu implementar essas bolsas, essas bolsas nunca foram implementadas. (Joel)

No início do projeto, uma das atividades de geração de renda possível era o trabalho com a horta, usufruindo do amplo espaço que a sede administrativa proporcionava. O Querido-de-Deus é o protagonista desse trabalho. Durante sua entrevista, ele conta:

Eu mexo com horta, entendo de horta, um terreno bom daquele, água com fartura. Tendo ao menos o material para produzir, é renda para a gente e renda para o projeto, igual eu fazia. Esforçando para a gente ter o benefício da horta aí, eu tendo saúde, eu faço. (Querido-de-Deus)

O Zé Moleque também tirava do trabalho da horta a sua renda semanal: “a atividade da horta é que traz a renda, depois que a horta acabou, a minha renda acabou, eu tinha uma renda boa”.

Além da horta, outra estratégia de geração de renda era a oficina de sabão. A partir de um convênio com a Secretaria do Meio Ambiente, que doava óleo de cozinha usado para o PQTA, os beneficiários e profissionais reutilizavam esse óleo para fazer o sabão artesanal e vendiam pela cidade. João Grande conta sobre sua participação na venda do sabão: “Eu faço sabão lá, ganho meu dinheiro com isso. (...) Dali eu estou tirando uma coisa que é de mim mesmo, produzindo né”.

Assim como Dalva, que aposta na reinserção laboral como estratégia de promoção da vida:

(...) uns se identificaram mais com o sabão, outros com a horta, e os que se identificaram aderiram mesmo ao projeto. Eles gostam de ter, mesmo que seja mínimo, porque não é lá uma coisa que dá para eles se sustentarem durante o mês, não dá para pagar aluguel, não dá para comprar uma cesta básica, mas eles gostam muito de ter aquela rendinha, uma vez por semana eles recebem o que eles produziram a semana toda, eles gostam bastante. Acho que isso é muito digno para eles. Vi que teve uma diferença bem visível em quem aderiu a partir dessas oficinas que geram renda (...) eu penso que se eles tivessem uma oportunidade de emprego, eles melhorariam bem mais. Então eu acho que ainda está nessa questão, de ter uma renda mesmo, para eles se manterem sozinhos. (Dalva)

Don’Aninha complementa: “Tem alguns que ficam vários dias sem uso, ou do álcool ou da droga, por estar ali ocupando seu tempo (...) de falar ‘fui eu que ganhei’”.

Com a mudança de prédio, os beneficiários não puderam dar continuidade nos cuidados da horta, e poucos deram continuidade à oficina de sabão, devido a limitação de espaço no novo local. O Querido-de-Deus, que participava ativamente no cuidado da horta, comenta:

Era bom, né. Pelo menos a gente entretia o tempo, não estava na rua, nem nada. Aí todo final de semana tinha um trocadinho, ajudava muito. Pelo menos nas despesas do dia. Comprava um lanche, um negócio, agora nem isso a gente não tem. (Querido-de-Deus)

Além dessas atividades citadas, o PQTA também conseguiu firmar parceria com alguns serviços e igrejas que ofertam cursos de qualificação (por exemplo, alguns beneficiários fizeram um curso para pintor de paredes, outros fizeram curso de informática), porém, não tiveram grande adesão devido à dificuldade que eles tiveram em manter a frequência no curso/atividade. Alonso relata: “é uma estratégia válida para construir, junto com os usuários, estabelecer metas, responsabilidades, gestão do próprio dinheiro e reinserção social, seja no mercado de trabalho formal ou informal”.

O eixo do trabalho e renda, aqui, assume três principais formas: a de garantir uma renda para que os beneficiários caminhem rumo à autonomia, a ocupação do tempo como forma de reduzir o consumo de álcool e outras drogas, e que também está atrelada à noção de dignidade por meio do trabalho.

Essa visão de normalização através do trabalho vem na direção do que Foucault fala dos “corpos politicamente dóceis e economicamente úteis” (Foucault, 1987) e é no exercício do biopoder que são produzidas subjetividades fabris destinadas a produzir e consumir capital, se não de nada lhes serve existir.

Por outro lado, possibilitar a inclusão dessas pessoas em espaços de trabalho e geração de renda de forma contextualizada com suas necessidades e possibilidades e, acima de tudo, com seu desejo, implica uma transformação subjetiva que ultrapassa a lógica individualista e puramente capitalista, para construir sentidos e significados alternativos.

#### *Não é só a casa: a importância das atividades de cultura, arte e lazer*

Um aspecto importante na reinserção social é a participação do indivíduo nos diferentes espaços da cidade, não só aqueles de caráter terapêutico ou de tratamento, mas também atividades de cultura, arte e lazer. O PQTA também abarca esse eixo, possibilitando aos seus beneficiários frequentarem espaços de lazer, tais como clubes, praias, cinema, teatro, e outras atividades. Sobre isso, Raul comenta:

(...) proporcionamos lazer, levar na praia, é excelente. Como eles eram pessoas em situação de rua, acredito que é positivo pelo fato da gente está conseguindo interagir ele com a sociedade né, que até então é algo distante. Passar um dia no clube, se divertir, banhar, até então era mais álcool, ficar na rua, manguendo, não era muito do acesso deles, então acredito que a gente conseguir integrar eles na vida social é positivo. (Raul)

Joel acrescenta:

(...) já fizemos algumas atividades interessantes, já fomos no cinema algumas vezes, já fomos à praia muitas vezes, já jogamos bola na quadra. Não temos o carro mais, o carro que era do projeto foi pedido de volta e não foi devolvido, então hoje estamos de pernas atadas nesse sentido. Mas nós já fizemos algumas atividades muito interessantes com bastante adesão deles, eles gostam muito. (Joel)

É interessante observar o papel que essas atividades desempenham na produção de vida do sujeito, de modo a torná-lo parte daquilo que é excluído e marginalizado. Maria Ricardina pontua:

Nesse sentido eles acabam se sentindo parte da sociedade quando eles ocupam espaços que antes eles eram vistos de forma marginalizada, e hoje eles podem acessar dignamente como um cidadão comum, isso já é um reflexo positivo na vida deles, e de redução de danos. Algumas atividades que a gente realiza é o futebol em algumas quadras aqui de Palmas, em parceria com outros serviços como o CAPS, Consultório na Rua. A gente realiza rodas de conversas em praças públicas, luau nas praias, dia de lazer na praia, cinema. Atividades voltadas para o lazer, integração social. (Maria Ricardina)

Pude notar na fala do Pirulito a sutileza dessa integração, quando refere como foi importante participar dessas atividades ofertadas no PQTA: “Muitas vezes eu chorei por causa dos problemas, dos meus pais terem me expulsado de casa, pela situação quando eu saí, e no projeto, quanto tinha essas atividades, me sentia incluído”.

A esses desviantes são negados direitos de todo tipo, e até mesmo a própria dimensão humana, pois são camadas populacionais criadas para serem vistas como não pertencentes à espécie humana. Os resquícios da Idade Média se materializam no projeto de sociedade que se vê autorizada a excluir esses *outsiders* dos espaços públicos.

Se antes a imagem do morador de rua era subversiva à moral social, agora é alvo de uma multiplicidade de olhares de instituições e atores, sendo atravessado por um discurso cada vez mais politizado, embora trespassado, ainda, por práticas higienistas e de “limpeza urbana”, como estratégias para solucionar o “problema” social.

Possibilitar a transformação na forma como esses sujeitos se apropriam dos espaços públicos é, para além da ocupação do território geográfico, ensejar a criação de sentidos e relações (Silva & Belloc, 2018).

### *O acesso à rede de serviços intersetoriais*

Um dos pontos nevrálgicos do cuidado à população em situação de rua é o acesso aos serviços, pois existem barreiras de acesso para essas pessoas quando procuram os dispositivos da rede. Estar sob efeito de álcool e outras drogas, prejuízo no autocuidado, ausência de documentos pessoais e de comprovação de endereço são alguns elementos que impedem o acesso qualificado das pessoas em situação de rua aos serviços de saúde, assistência social, educação e justiça (Silva & Belloc, 2018).

Zé Moleque traz em seu relato o seu acesso aos serviços da rede intersetorial:

O atendimento era pouco, porque a gente ia às vezes na cachaçada, esquecia do atendimento, tinha que voltar, não era bem cuidado, né. Melhorou porque eles acompanham a gente. Tem uma assistente social que sempre acompanha a gente, daqui do projeto. (Zé Moleque)

Alonso, profissional do projeto, conta sobre a articulação entre os serviços para qualificar esse acesso:

Eu acho que depois da vinda dos projetos, não só do PQTA, mas também do Consultório na Rua, a gente conseguiu conversar um pouco mais com a rede, facilitou o acesso deles, né. Mas muitos deles relatam que nunca tiveram cartão do SUS, nunca foram a uma unidade de saúde. (Alonso)

Em relação ao acesso aos dispositivos de justiça, João Grande relata que precisou da ajuda do PQTA com a transferência de um processo judicial, além da retirada dos seus documentos: “Me ajudaram, me levaram até na Defensoria Pública para resolver o negócio dos meus processos”.

Maria Ricardina conta que, no início do PQTA, como os serviços desconheciam o projeto, às vezes o acesso deles, profissionais e beneficiários, era dificultado ou até mesmo negado e, com a visibilidade que o projeto ganhou, percebem-se inúmeras facilidades, em especial por chegar a conhecimento de órgãos da justiça, como a Defensoria Pública, já que vários desses beneficiários já dormiram nessas calçadas. Silva & Belloc (2018, p. 6) explicitam: “O não ser visto se torna mais gritante quando transversaliza estruturalmente o desenvolvimento de políticas públicas, quando forma parte de quem trabalha nos serviços públicos e na produção de situações violentas”.

É somente pelas vias institucionais que “ver” esses sujeitos é autorizado; dito de outro modo, para entrar em contato com a realidade das ruas, é necessário que o profissional entre em contato com o “fora” e a carga simbólica que a rua carrega.

Boa-Vida, por outro lado, reconhece que tinha dificuldade em procurar os serviços que precisava, antes do ingresso no projeto: “Eu era muito negligente em procurar uma clínica odontológica, ou um sistema de saúde, na UPA também né, e na questão de alguns outros órgãos, na retirada de documentação, isso e aquilo, era bem negligente”.

O acesso à documentação é uma das principais necessidades apresentadas nos relatos, uma vez que para essas pessoas que estão/estavam em situação de rua, torna-se difícil guardar seus documentos e pertences pessoais em local seguro. Maria Ricardina expressa sua surpresa ao perceber como o acesso aos documentos pessoais é tão importante:

Eu não sabia que uma pessoa quando acessa uma documentação ficasse tão feliz, porque isso é algo assim tão normal, faz parte da nossa vida, e para eles existe até promessa, “no dia que eu pegar meu RG nunca mais eu bebo”. (...) é uma forma de expressar a felicidade de acessar uma documentação, que é um direito que eu achava que era tão básico. É uma burocracia. E fora que eles não portarem essa documentação são vítimas de violência da polícia, enfim (...) só por estar sem o RG já apanha da polícia. (Maria Ricardina)

Castel (2008), ao analisar a condição de rua ao longo da história, explicita a estigmatização daqueles que viviam em situação de mendicância, aqueles considerados como “vagabundos”: “não tem nem onde cair morto (...) é um ser de lugar nenhum” (Castel, 2008, p. 120). Também, a esses sujeitos, é cunhado o termo “indigente”, pessoas sem identificação e que são deixadas à cargo do Estado para gerir sua morte. Esse conjunto de papéis que nos dizem quem somos e de onde viemos, também assegura direitos e diz como esses corpos serão geridos em vida e após sua morte (Lobo & Sobreira, 2020).

Paradoxalmente, a retirada da documentação também tem suas barreiras de acesso. Como foi comentado pela Maria Ricardina no relato acima que também acrescenta:

Existem algumas dificuldades, como no caso, essas pessoas que estão com a gente não têm trabalho, não têm renda, e na hora de emitir algum documento exige alguma taxa, e hoje nós não temos a isenção e nem temos o recurso para garantir o pagamento dessas taxas. É algo que dificulta um pouco o acesso. (Maria Ricardina)



Pirulito conclui, evidenciando de que forma o projeto possibilitou que ele tivesse acesso aos outros serviços que necessitava, por meio desse diálogo com a rede:

O projeto é o carro-chefe, é o fundamento base quando as coisas começaram a acontecer na minha vida. Quando eu entrei no projeto que começou a acontecer tudo na minha vida. A questão de inserção na sociedade de novo, a questão de olhar como que estava a minha saúde, como eu estava vivendo. O projeto ajudou muito. (Pirulito)

#### *Mudanças nos hábitos de uso de álcool e outras drogas*

A estratégia baseada no modelo *housing first* vem contrapor a metodologia do *treatment first*, garantindo, *a priori*, os direitos fundamentais (casa e comida) para, então, ser suporte para aqueles indivíduos que desejem realizar um tratamento de qualquer natureza (Neves, 2009; Tsemberis, 2010).

Nesse sentido, no PQTA o usuário não precisa estar abstinente para acessar o direito da moradia e, mesmo após sua inserção, não é obrigatório que faça algum tipo de tratamento. Mesmo assim, é possível observar mudanças no hábito de uso de álcool e outras drogas após o usuário ter acesso a um local para dormir, comida, acesso à renda e convivência social. Composto com essa afirmação, Raul comenta: “Sim, o consumo (de álcool e drogas) diminui bastante, mesmo não sendo uma política do projeto que eles parem o uso, mas muitos deles param”.

Don’Aninha analisa no uso de álcool e outras drogas uma forma de se manter acordado, para não sofrer violência na rua, ou se proteger de outros riscos do “estar na rua”:

(...) conseguem equilibrar o uso, não ser uma coisa tão desordenada como quando eles estão na rua. Porque quando eles estão na rua, é assim, bebe ou usa para poder ficar acordado, esquecer que está na rua, hoje eles conseguem administrar melhor esse uso. (...) à noite eles têm um cantinho para dormir garantido. Eles falam, o dormir na rua é muito perigoso, corre muito risco. (Don’Aninha)

Maria Ricardina reconhece essa mudança nos hábitos de uso, quando convida os beneficiários para participarem de alguma atividade no projeto e solicita que compareçam sóbrios, para o melhor aproveitamento: “Conseguem fazer uma gestão do uso melhor”. João Grande reconhece essa mudança na própria vida: “Todo dia eu fumava, agora eu não estou fumando mais todo dia”.

Apesar dessa metodologia se basear no paradigma da RD (Nascimento & Rosa, 2020), outras estratégias de RD, como aquelas destinadas à distribuição de insumos – como preservativos, água filtrada, piteiras de silicone (Gomes & Dalla Vecchia, 2018) e a confecção de cachimbos como construção do cuidado e da garantia de direitos para usuários de crack (Rui, 2020) –, são de difícil manejo na cidade de Palmas, e também no PQTA, conforme comentado por Joel:

(...) a gente tem muita dificuldade de, em questões mais práticas, trabalhar a redução de danos com eles. Fabricar ou doar insumos, isso é bem distante da nossa realidade. Apesar de ser uma prática comum nos programas de RD, é bem distante da nossa realidade. (Joel)

A garantia do direito à moradia tem se mostrado como uma importante estratégia de redução de danos, uma vez que contribui na gestão do uso de álcool e outras drogas, na autonomia na construção dos objetivos de vida dos beneficiários, no reconhecimento dos avanços e mudanças significativas e no aumento no senso de segurança por ter um lugar para dormir (Collins et al., 2012).

#### *O sucateamento do projeto e os efeitos da incerteza*

À época da pesquisa, a sede administrativa do projeto estava em reforma, e o projeto estava funcionando em outro espaço, alugado temporariamente. Também é uma casa, no entanto, sem o espaço para a horta e um quintal reduzido. Segundo relatos da Don’Aninha, não há previsão para término da reforma:

O que eu vejo hoje é essa incerteza de continuidade, é como você nadar, nadar, nadar e morrer na praia. Um trabalho todo que a gente tem feito, está fazendo, e aí de repente, hoje a gente está assim, não sabe se continua, não sabe se para. (Don’Aninha)

Compartilhando essa insegurança na continuidade do projeto, Querido-de-Deus também relata:

Essa condição aí está meio fraco, nós estamos lá no hotel, diz que já está acabando o contrato. Diz que vão ajeitar ali, onde era o projetinho, na sede, e até agora nada. Diz que iam reformar lá, não sei como que vai ficar não. Insegurança (...). É mais ou menos por aí mesmo. Mas eu acredito que eles não vão botar a gente na rua assim não. (Querido-de-Deus)

Essa insegurança tem fundamento nos discursos de retrocesso que vem se acentuando, a nível local e nacional. A Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, bem como a recente política de atenção à população em situação de rua, vem sofrendo graves ameaças, com a diminuição de investimentos financeiros, o desmantelamento de serviços e a

violência institucional decorrente dos discursos circunscritos nesse novo panorama político (Decreto nº 9.761, 2019; Lei nº 13.840, 2019; Conselho Federal de Psicologia, 2018; Ministério da Saúde, 2019). Desse modo, Pirulito expressa sua preocupação com a continuidade do projeto, o ponto negativo é esse: “chegar hoje, o projeto acabou, e fazer o que com essas pessoas? Não tem uma sustentabilidade”.

Assim como esclarece Maria Ricardina:

O projeto veio para ter uma duração de um ano com recurso federal, e a gente anda buscando alternativas junto com a gestão municipal, para dar sustentabilidade, uma segurança, tornar uma política pública efetiva, para que essas pessoas que tanto necessitam não percam esses direitos. (Maria Ricardina)

A Política Nacional de Atenção à População em Situação de Rua é muito recente, tornando-a muito frágil e suscetível às mudanças conforme o projeto do governo vigente. Além disso, as mudanças no marco legal que ampara as políticas públicas – em especial aquelas direcionadas para pessoas em vulnerabilidade social, usuários de álcool e outras drogas, pessoas em sofrimento psíquico – são justificadas no discurso “em prol do bem-estar social”, evidenciando a política de morte, civilizando os “modos de matar” (Mbembe, 2016, 2018).

As recentes publicações do Governo Federal, como discutido anteriormente, evidenciam esse jogo de forças em que o Estado exerce a função de carrasco, aniquilando as diferenças, como apontado por Mbembe (2016) e Foucault (2002). Embora essas políticas pareçam inofensivas às questões raciais, em seu íntimo, as balas estão apontadas para a periferia, os olhos se desviam das malocas.

No contexto deste trabalho, vemos essas funções “assassinas” do Estado se traduzindo no sucateamento dos serviços de cuidado, como o PQTA, que teve, ao longo dos três anos de sua existência, a equipe reduzida, incerteza de continuidade do projeto e ausência do repasse financeiro na esfera do Governo Federal, cabendo unicamente ao município dar continuidade à proposta.

Por outro lado, ao garantir o acesso dessa população ao pacote de direitos (moradia, alimentação, trabalho e renda, cultura e lazer) e proporcionar o acesso aos serviços intersetoriais, com baixo limiar de exigência, esse dispositivo de cuidado transforma as formas de ser e de viver dos indivíduos e as relações que estabelecem.

#### *As transformações subjetivas com o PQTA*

Eram umas oito horas da noite de uma sexta-feira de dezembro. Nessa época, as chuvas retornaram após uma seca de seis meses, acompanhadas de muito vento, deixando o ar úmido e quente. Já passava do final do meu expediente, mas eu ainda tentava convencer o João Grande a ir na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), pois ele mantinha uma tosse persistente há alguns dias, e estava em situação de rua há vários meses, e eu suspeitava que ele poderia estar apresentando sintomas de pneumonia. Nessa semana, ele estava dormindo na porta do CAPS AD III para se proteger da chuva. Apesar da minha insistência, ele se recusava a ir, e eu sabia que é porque ele tinha medo de levar injeção. Se eu for com você, você aceita ir?, perguntei. E assim, ele aceitou. Coloquei ele no carro e fomos para a UPA, onde ficamos por mais duas horas e meia, entre fazer a triagem, aguardar consulta médica (plantão noturno de sexta-feira, como de praxe, estava lotado), tomar medicação injetável e soro na veia. No entanto, após toda essa odisseia, eu sabia que ele retornaria para a rua, para aquela mesma situação de vulnerabilidade. Já havia discutido o caso do João Grande com a equipe do Palmas Que Te Acolhe e do Consultório na Rua em outras situações. Em uma ligação com Maria Ricardina, profissional do projeto, expus a situação atual dele, e ela me orientou a levá-lo ao hotel onde os beneficiários estavam residindo, depois discutiríamos em detalhes sua necessidade de inserção no projeto. (Diário de Campo)

Esse caso narra a inserção do João Grande no PQTA em 2017, que vai muito além de garantir que ele tenha um lugar para dormir, mas também imprimiu o sentimento de pertencimento a um lugar. Para ele, que estava há mais de 10 anos na rua, agora ele tinha um lugar para chamar de casa e um ponto de apoio para ressignificar suas relações. “Até vi minha filha, através do PQTA, fizeram até eu encontrar minha filha, fazia já uns seis anos que eu não via” (João Grande). As transformações engendradas pelo PQTA atravessaram as relações que ali se inscreveram, e produziram novos jeitos de ser e de viver.

Além disso, por meio dos relatos e da experiência com o PQTA, o projeto contribuiu no fomento à socialização em outros espaços e com outras pessoas, extrapolando os limites existenciais do contexto de uso de drogas. Joel comenta que quando estão em situação de rua eles interagem só entre eles: “aqui eles têm a oportunidade de interagir com outras pessoas que não estão em situação de rua, de ir aos eventos públicos, então eles vão ao cinema, participam de atividades físicas, coisa que não acontece quando eles estão na rua”. Somado a esta experiência, Jorge Amado escreveu sobre seus *Capitães de Areia* (2008):

Então a luz da lua se estendeu sobre todos, as estrelas brilharam ainda mais no céu, o mar ficou de todo manso (talvez que Iemanjá tivesse vindo também ouvir a música) e a cidade era como que um grande carrossel onde giravam em invisíveis

cavalos os Capitães da Areia. Neste momento de música eles sentiram-se donos da cidade. E amaram-se uns aos outros, se sentiram irmãos porque eram todos eles sem carinho e sem conforto e agora tinham o carinho e conforto da música.

A construção do PQTA, como um dispositivo de cuidado, inaugura novos jeitos de fazer ver e falar, linhas de força que operam agenciamentos sobre o fenômeno da população em situação de rua (Deleuze, 1996; Nascimento, 2019).

Costa (2007) constrói o conceito de invisibilidade social, como aquele sujeito que, sendo invisível, não suscita mais afetos e trocas pessoais. O trabalho no PQTA despertou nessas pessoas a abertura para enxergar o que antes era invisível e, a partir desse olhar, fazer emergir outros afetos e experiências.

### Considerações finais

O PQTA inscreveu transformações nos corpos que se exalam nos poros, transbordam, enlaçam-se nesse mar de afetos, afagos, abraços e produzem formas plurais de existência, possibilitando habitar a dobra dos encontros e existir no inacabado.

Nas linhas deste escrito, propus desterritorializar do status do saber científico, que não entra em contato com o objeto de pesquisa, e busquei (r)existir na suavidade dos bons encontros que a experiência com o PQTA me proporcionou, afetando e sendo afetada pelas histórias, estórias, texturas, sabores, cheiros dessas pessoas que habitam a rua e fazem parte dela.

Ampliei o meu olhar sobre a redução de danos, não só como um conjunto de estratégias de melhoria da qualidade de vida para usuários de álcool e outras drogas, mas também como um paradigma de garantia de direitos e cidadania. O uso de drogas, no contexto da rua, salta aos olhos como possibilidade de resistir, para suportar o lugar da exclusão.

Essa clínica que se faz nos territórios existenciais e geográficos, no diálogo e na pactuação junto com o usuário, ancorando na compreensão da redução de danos enquanto uma postura de cuidado ética-estética-política (Nascimento & Rosa, 2020), construída singularmente, valorizando a experiência particular do sujeito, e evidenciando que o afeto reduz danos.

Pude enxergar a rua agora como território existencial que comporta subjetividades itinerantes, acolhe as diferenças, aqueles que não se encaixam, os *outsiders* da cidade. No processo de escrita da pesquisa, derrubei as minhas concepções sobre a forma de ver a rua, e mergulhei nas inúmeras experiências que o encontro com a rua proporcionou. Reconheci o trabalho clínico fora de um espaço institucional, mas que se faz no território, nessa clínica-itinerante, nesse caminhar terapêutico. Afinal, a boa clínica se faz a partir do olhar para o contexto social, cultural e histórico para, então, operar transformações subjetivas (Nascimento & Rosa, 2020).

Há de se fazer constar, no entanto, as fragilidades evidenciadas pelas vozes que ganharam passagem neste escrito. O sucateamento do projeto e sua posterior descontinuidade geraram insegurança nas pessoas que o compunham, que estavam à mercê de voltar para as ruas. A falta de investimento público nas políticas públicas, que visam a garantia de direitos para as pessoas em situação de vulnerabilidade no recorte temporal desta pesquisa, revela as diversas formas de invisibilidade da população em situação de rua e das pessoas com prejuízos decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Ao passo que, o avanço do financiamento das comunidades terapêuticas, neste mesmo período, avançou a passos largos, resgatando a lógica que julgávamos ultrapassada: a lógica manicomial, de aprisionamento, exclusão e punição.

Além disso, a limitação de produções nacionais sobre as iniciativas de garantia de direitos e inserção social pautadas no *housing first*, ou moradia primeiro, à época desta pesquisa, fragiliza o aporte teórico para promover discussões sobre a temática. A maior parte das publicações encontradas retratam a realidade de outros países que, embora sejam muito importantes para explicitar a eficácia do modelo, refletem uma realidade diferente do Brasil. Para dar continuidade a esta pesquisa e, portanto, produzir mais evidências sobre a proposta do *housing first*, faz-se necessário novos estudos.

O *housing first* vem, portanto, inaugurar um dispositivo de cuidado que opera na sutileza das relações a partir da garantia do direito ao lar e a gestão da própria vida, produzindo mudanças nas formas de se relacionar com os outros e consigo.

### Referências

- Abreu, C. (2017, 31 de maio). *Defensoria Pública é parceira de projeto para atendimento de moradores de rua na Capital*. Defensoria Pública do Estado do Tocantins. <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/defensoria-publica-e-parceira-de-projeto-para-atendimento-de-moradores-de-rua-na-capital>
- Amado, J. (2008). *Capitães de areia*. Companhia das Letras.
- Amorim, A. K. A., & Nobre, M. T. (2018). Pesquisa-intervenção, políticas públicas e movimentos sociais : Uma experiência junto à população em situação de rua. *Psicologia Política*, 18(42), 337–352. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2018000200010&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2018000200010&script=sci_abstract)

- Aubry, T., Nelson, G., & Tsemberis, S. (2015). Housing first for people with severe mental illness who are homeless: A review of the research and findings from the At Home-Chez Soi demonstration project. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 60(11), 467–474. <https://doi.org/10.1177/070674371506001102>
- Castel, R. (2008). *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário* (7ª ed.). Vozes.
- Conselho Federal de Psicologia (2018). *Relatório da inspeção nacional em comunidades terapêuticas*. CFP. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relat%C3%B3rio-da-Inspe%C3%A7%C3%A3o-Nacional-em-Comunidades-Terap%C3%AAuticas.pdf>
- Collins, S. E., Clifasefi, S. L., Dana, E. A., Andrasik, M. P., Stahl, N., Kirouac, M., Welbaum, C., King, M., & Malone, D. K. (2012). Where harm reduction meets housing first: Exploring alcohol's role in a project-based housing first setting. *The International Journal on Drug Policy*, 23(2), 111–119. <https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2011.07.010>
- Costa, D. L. R. (2007). *A rua em movimento: Experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/D.8.2007.tde-20122007-140625>
- Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019. Aprova a Política Nacional sobre Drogas. Presidência da República. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d9761.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9761.htm)
- Deleuze, G. (1996). *O mistério de Ariana* (4ª ed.). Editora Vega.
- Evans, S. (2017). *Crack: reduzir danos*. Open Society Foundations. Coleção Lições Brasileiras de Saúde, Segurança e Cidadania. <https://www.opensocietyfoundations.org/uploads/9eae2067-620e-47a6-980c-509f4a4a0318/crack-reduzir-danos-20170313.pdf>
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Editora Vozes.
- Foucault, M. (2002). *Em defesa da sociedade*. Martins Fontes.
- Gomes, T. B., & Dalla Vecchia, M. (2018). Harm reduction strategies regarding the misuse of alcohol and other drugs: A review of the literature. *Ciência e Saúde Coletiva*, 23(7), 2327–2338. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.21152016>
- Lancetti, A. (2015). *Contrafissura e plasticidade psíquica*. Hucitec.
- Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019. (2019, 5 de junho). Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e sobre o financiamento das políticas sobre drogas. Presidência da República. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/113840.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113840.htm)
- Lobo, A., & Sobreira, L. B. (2020). Quando o corpo se torna indigente: Sobre processos de morrer à luz do estado. *Revista M.: Estudos sobre a Morte*, 5(10), 219–239. <http://seer.unirio.br/revistam/article/view/9868>
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, (32), 122–151. [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65034075/NECROPOLITICA\\_ACHILLE\\_MBEMBE-libre.pdf?1606367652=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DNECROPOLITICA\\_ACHILLE\\_MBEMBE.pdf&Expires=1720883333&Signature=at2wBERjQzmZPOf7mrCkqT7So8J~ohOB5JpQ2V0q06U5GFtov3qpsMj4yaaZFti-jdJC41m94mE2p0lqAiEHDYGsRaYsUe5QdmRBEyACyuf~7fd0Tmkx2u62i~xSYIIGO3JYaZk3n3V~C2-FbXrU9wDUXsVox0VnuVDi8MaRN77e1EqDj1GbXPSoGxlyfeoGHIP0jTpp~3BnQ-vA3a-bk3E6ejCfjm3wKg339jcDwVV-BRDZWN5u3GisYhaFWxrSzRdR1admJJ-FITVklrMC-uf0WfRmz9xEiGiTSeqXhoE5tiv9k4SlpJUojcoE2YOWaVb0O9I4or1pjI64Qgqg\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65034075/NECROPOLITICA_ACHILLE_MBEMBE-libre.pdf?1606367652=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DNECROPOLITICA_ACHILLE_MBEMBE.pdf&Expires=1720883333&Signature=at2wBERjQzmZPOf7mrCkqT7So8J~ohOB5JpQ2V0q06U5GFtov3qpsMj4yaaZFti-jdJC41m94mE2p0lqAiEHDYGsRaYsUe5QdmRBEyACyuf~7fd0Tmkx2u62i~xSYIIGO3JYaZk3n3V~C2-FbXrU9wDUXsVox0VnuVDi8MaRN77e1EqDj1GbXPSoGxlyfeoGHIP0jTpp~3BnQ-vA3a-bk3E6ejCfjm3wKg339jcDwVV-BRDZWN5u3GisYhaFWxrSzRdR1admJJ-FITVklrMC-uf0WfRmz9xEiGiTSeqXhoE5tiv9k4SlpJUojcoE2YOWaVb0O9I4or1pjI64Qgqg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA)
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte* (2ª ed.). N-1 Edições.
- Mendes, A. P. T. (2017). Parecer Jurídico: Avaliação de viabilidade da implementação de programas de estrutura *housing first* no Rio de Janeiro e recomendações (Clínica LADIF: Laboratório de Assessoria Jurídica em Direitos Fundamentais).

*Cadernos FGV Direito Rio, Série Clínicas Educação e Direito*, 9, 51-74. <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/5dad9957-74a1-4023-bbac-a799ce1de350/content>

- Ministério da Saúde. (2019). *Nota Técnica nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS*. Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Coordenação-Geral de Saúde Mental. <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). Rua: Aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf)
- Nascimento, A. C. P. do. (2019). “Agora eu deito e durmo tranquilo”: Cartografia de uma rede afetiva. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Tocantins]. Repositório Universidade Federal do Tocantins. <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/598146>
- Nascimento, A. C. P. do, & Rosa, C. M. (2020). O paradigma ético-estético-político da clínica na produção de subjetividades: O fazer clínico do Palmas Que Te Acolhe. *POLEMICA*, 19(3), 122–137. <https://doi.org/10.12957/polemica.2019.51620>
- Neves, M. J. (2009). Projecto Casas Primeiro. *Ajuda Inter pares*, 4, 8-9. [http://www.aeips.pt/wp-content/uploads/2010/02/interpares4\\_NET.pdf](http://www.aeips.pt/wp-content/uploads/2010/02/interpares4_NET.pdf)
- Núcleo Multiprojetos de Tecnologia Educacional. (2015, 6 de novembro). Projeto REDES: Promovendo a integração intersetorial. Universidade Federal de Santa Catarina. <https://conselheiros7.nute.ufsc.br/projeto-redes-promovendo-a-integracao-intersetorial-para-a-promocao-da-saude-a-emancipacao-social-e-o-cuidado-das-pessoas-com-uso-problematico-de-drogas/>
- Passos, E., Kartrup, V., & Escóssia, L. da. (2015). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Sulina.
- Petuco, D. (2020). As três ondas da redução de danos no Brasil. *Boletim do Instituto de Saúde - BIS*, 21(2), 94–103. <https://doi.org/10.52753/bis.2020.v21.34622>
- Pleace, N. (2016). *Housing First Guide Europe*. [https://www.researchgate.net/publication/303898328\\_Housing\\_First\\_Guide\\_Europe](https://www.researchgate.net/publication/303898328_Housing_First_Guide_Europe)
- Fundação Municipal de Juventude de Palmas. (2017, 31 de março). Projeto Palmas Que Te Acolhe realiza ação social ConstRUA em Taquaralto. Prefeitura de Palmas. <https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/projeto-palmas-que-te-acolhe-realiza-acao-social-construa-em-taquaralto/5832/>
- Rui, T. (2016). *Pesquisa preliminar de avaliação do Programa “De Braços Abertos”*. Plataforma Brasileira de Política de Drogas, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Pesquisa-De-Bracos-Abertos-1-2.pdf>
- Rui, T. (2020). “Isso não é um cachimbo”: Sobre usuários de crack, seus artefatos e suas relações. *Áskesis - Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*, 1(1), 32–45. <https://doi.org/10.46269/1112.433>
- Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. (2013). *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: Experiências do Distrito Federal, Paris e Londres*. [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacao\\_dialogos\\_sobre\\_a\\_populacao\\_em\\_situacao\\_de\\_ua\\_no\\_brasil\\_e\\_na\\_europa.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacao_dialogos_sobre_a_populacao_em_situacao_de_ua_no_brasil_e_na_europa.pdf)
- Silva Júnior, D. V., & Belloc, M. M. (2018). Habitar invisível: Produção de vida e cuidado na experiência urbana. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 22(67), 1065–1075. <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0452>
- Tedesco, S. H., Sade, C., & Caliman, L. V. (2013). A entrevista na pesquisa cartográfica: A experiência do dizer. *Fractal*, 25(2), 299–322. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200006>

Teixeira, M. B., Lacerda, A., & Ribeiro, J. M. (2018). Potencialidades e desafios de uma política pública intersetorial em drogas: O programa “De Braços Abertos” de São Paulo, Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 28(3), 1–25. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312018280306>

Tsemberis, S. (2010). Housing first: The pathways model to end homelessness for people with mental health and substance use disorders. *European Journal of Homelessness*, 5(2), 235-240. [https://www.researchgate.net/publication/47669330\\_Housing\\_First\\_The\\_Pathways\\_Model\\_to\\_End\\_Homelessness\\_for\\_People\\_with\\_Mental\\_Illness\\_and\\_Addiction\\_Manual](https://www.researchgate.net/publication/47669330_Housing_First_The_Pathways_Model_to_End_Homelessness_for_People_with_Mental_Illness_and_Addiction_Manual)

### Como Citar:

Nascimento, A. C. P., & Rosa, C. M. (2024). Para sorver intensidades: vinhetas de um encontro com a população em situação de rua no “Palmas Que Te Acolhe”. *Revista Subjetividades*, 24(1), e13528. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v24i2.e13528>

---

### Endereço para correspondência

Ana Carolina Peixoto Nascimento  
E-mail: [ana.carol57@hotmail.com](mailto:ana.carol57@hotmail.com)

Carlos Mendes Rosa  
E-mail: [carlosmendesrosa@gmail.com](mailto:carlosmendesrosa@gmail.com)



**Recebido:** 19/02/2022  
**Revisado:** 28/07/2023  
**Aceito:** 26/01/2024  
**Publicado:** 28/05/2024